

POR UM PROGRAMA DE INSERÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES SURDOS EM EQUIPES DE INTÉRPRETES ATUANDO NO ENSINO SUPERIOR

**M.e Edgar Correa Veras
Grad. João Gabriel D. Ferreira
Universidade Federal de Santa Catarina**

Palavras-chave: Tradução Direta; intérpretes-surdos, intérpretes-nativos

Em 2011 o governo federal instituiu novas políticas públicas para as pessoas com deficiência a partir do lançamento do plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência – Viver sem limites. Dentre as metas do eixo Educação, um dos quatro eixos do plano, estavam a contratação de 606 tradutores e intérpretes de Libras nas instituições federais de ensino, para acessibilidade de estudantes surdos e a criação de 27 cursos de Letras/Libras. Com exceção do concurso realizado no Instituto Nacional de educação de surdos do Rio de Janeiro – INES, o processo de inserção desses profissionais não tem considerado a importância da presença de tradutores/intérpretes falantes nativos da língua de sinais brasileira na constituição de suas equipes de trabalho. Se a necessidade da tradução/interpretação direta pode ainda levantar controvérsias no meio acadêmico, no mercado de trabalho, a imprescindibilidade desse profissional na composição de equipes institucionais de tradução e interpretação é incontestável. No campo de estudos da tradução e interpretação de línguas de sinais, diversos pesquisadores têm registrado o fato de pessoas surdas serem os pioneiros no exercício da atividade da interpretação (BIENVENU, 1991); (BIENVENU & COLONOS, 1990); (COLLINS & ROTH, 1992); (BOUDREAULT, 2005); (STONE, 2009); (ADAM, CARTY, & STONE, 2011). Destaca-se também o fato de que há muitos elementos culturais que estão imbricados na tradução para a língua de sinais e que, portanto, os intérpretes surdos são fundamentais por possuírem um senso de cultura (BURNS, 1999); (ADAM, ROBERT, et al. 2014). Por fim, pesquisas sobre confiabilidade na atuação de intérpretes, dado as complexas relações de poder que se estabelecem na relação minoria surda x maioria ouvinte, tem apontado para a validação do profissional surdo como fundamental no estabelecimento da confiança no processo (STUARD, 2008). Logo, este trabalho trata-se de um estudo de caso em que buscamos analisar um projeto piloto de inserção do profissional intérprete surdo na equipe de intérpretes da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e pensar numa proposta que permita a institucionalização dessa prática. Partimos da hipótese de que o desconhecimento da amplitude e logística de atuação com um profissional nativo em língua brasileira de sinais é o principal responsável pela não inserção desse profissional no campo específico da interpretação educacional em nível superior. Implementamos algumas das práticas apresentadas no Deaf-Interpreter-Hearing Team Infusion Module – curso ministrado pelo National Consortium of Interpreter Education Center e propomos outras atuações possíveis para o tradutor/intérprete surdo. Seguimos então com uma análise das atuações a partir de

entrevistas com alguns dos profissionais envolvidos. A partir dos dados colhidos e das demandas apresentadas, elaboramos um quadro de ações que categorizamos em três grupos que possibilitam a sistematização de um plano de inserção do profissional nativo em língua de sinais brasileira nas equipes de intérpretes nas instituições federais de ensino superior.